

# Estudo Técnico Preliminar 150/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23533.038514/2023-10

## 2. Descrição da necessidade

O CH-UFC assinou contrato com a secretaria de saúde do município de fortaleza com a finalidade de prestar serviços de saúde para população deste município, como pode ser conferido no processo 23533.011390/2023-25.

Os procedimentos contratualizados com o gestor local do SUS, como cirurgias, exames e internações, exigem a utilização de vários insumos hospitalares, como por exemplo: lentes oftalmológicas, campo cirúrgico, pinça cirúrgica os quais são objeto desse processo. Os materiais são utilizados pelo CH UFC/Ebserh e são necessários para realização de vários procedimentos.

É importante salientar que de acordo com o Painel da Produção Ambulatorial e Hospitalar (Painel DATASUS - SIH e SIA), consultado através da Ferramenta de Apresentação de Painéis de Inteligência em Saúde (FAPIS), no(a) CHUFC/Ebserh, em 2023, fez-se cerca de 1.926.030 procedimentos, conforme anexo SEI nº 38088477.

Este processo tem como objeto a aquisição de INSUMOS PARA O SERVIÇO DE OFTALMOLOGIA - Planejamento para 2024 em substituição ao processo 23533.001288/2023-11. São itens regularmente adquiridos pelo CH-UFC e que compõem o elenco de itens padronizados no CH-UFC/Ebserh. Para o desenvolvimento das inúmeras atribuições, é fundamental a utilização de diversas tecnologias, parte delas com alto grau de inovação, o que impõe ao CH-UFC/Ebserh uma renovação constante de seus materiais, equipamentos e instrumentais necessários à realização de procedimentos nas mais diversas especialidades médicas. Para que o CHUFC/Ebserh consiga desenvolver as atividades de Assistência, Ensino e Pesquisa de sua competência é imprescindível que os seus profissionais tenham acesso aos materiais necessários ao efetivo desempenho de suas atividades, possibilitando a continuidade dos serviços prestados por esta instituição. Dessa forma, torna-se de extrema importância a aquisição de insumos para atender essa ampla demanda.

A ausência desses itens inviabiliza o trabalho dos profissionais de saúde, reduz a eficácia do ensino ministrado pelos professores, prejudica a formação integral dos estudantes conforme a grade curricular estabelecida e compromete a qualidade da prestação dos serviços de saúde à população. Esses impactos não apenas afetam diretamente o desempenho das atividades diárias, mas também comprometem o cumprimento dos objetivos acordados com a Secretaria de Saúde de Fortaleza.

A aquisição também está alinhada ao Plano Diretor Estratégico - PDE 2024-2028 do CH-UFC/Ebserh (<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/ch-ufc/governanca/mapaestrategico-da-rede-ebserh-chufc-2021-2023/mapa-estrategico-2024-2028-hufs.jpg/view>), por meio do objetivo estratégico OE02 – Qualificar o cuidado hospitalar.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques /SAFS/DLIH/GAD/CH-UFC	Gisele Maria Barroso Barbosa Monte

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O inc.II do art.125 do RLCE informa que o planejamento de aquisição de bens deve considerar a expectativa de consumo anual e deve ser processado por meio do SRP, quando pertinente. O decreto 11.462/20223, que

regulamentou o Sistema de Registro de Preços – SRP no âmbito do regime geral de compras (Lei 14.133/2021), o qual foi internalizado pela EBSEH, estabeleceu no art. 3º que O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente e elenca situações especiais para o uso dessa estratégia de aquisição. Nesse caso, a EPC decidiu utilizar o SRP por dois motivos:

1 - devido à falta de previsão de quando teremos o valor financeiro disponível para a contratação desse item.

Diante da incerteza quanto à disponibilidade financeira futura, a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) optou pela utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP).

Essa escolha visa assegurar a agilidade e eficiência no processo de aquisição desses itens que são indispensáveis para o funcionamento dos serviços no CH-UFC.

2 – O art.3 do decreto nº 11.462/2022 informa que:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

Ou seja, devido a natureza dos itens que são objeto dessa licitação, tanto o inc.I quanto o II podem ser utilizados para justificar a utilização SRP. Materiais como bandagem elástica, curativos e fita adesiva possuem necessidade de contratações permanentes ou frequentes e é conveniente a aquisição desses bens com previsão de entregas parceladas, devido a disponibilidade orçamentária.

#### **CRITÉRIOS/PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

Após pesquisa realizada na plataforma PAINEL DE LEGISLAÇÃO do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (Link: <https://abrir.link/ygcgk>) conforme Anexo IV, bem como no Guia de Contratações Sustentáveis aprovado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade e pela Consultoria Nacional da União (Link: <https://abrir.link/KyZWu>) conforme Anexo III, não foi identificada nenhuma legislação específica sobre sustentabilidade aplicável aos itens deste processo de aquisição.

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Os licitantes vencedores serão convocados para assinar Atas de Registro de Preços (ARP) com validade de 1 (um) ano, que poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da manutenção do preço registrado. Após a convocação, a empresa deverá assinar a ata de registro de preços em até 3 (três) dias úteis.

A partir de negociação entre as partes, poderá ocorrer a recomposição integral dos quantitativos registrados originalmente na Ata ou apenas a quantidade remanescente dos quantitativos registrados.

Se uma mesma ARP possuir mais de um item registrado, a prorrogação e a recomposição dos quantitativos poderá contemplar uma parte ou a totalidade dos itens registrados, observando-se de qualquer modo, a anuência do fornecedor.

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no Decreto n.º11.462 /2023;

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto no Decreto n.º11.462/2023.

Os preços registrados poderão ser reajustados, desde que o interregno mínimo de um ano da data limite para apresentação da proposta seja respeitado, de acordo com o § 1º do art. 172, do RLCE 2.0.

O índice utilizado para os casos de reajuste em sentido estrito do preço registrado será o IPCA.

As unidades contratantes emitirão notas de empenho para formalizar cada pedido ou ordem de fornecimento decorrente da ata de registro de preços.

#### TERMO DE CONTRATO

Além da assinatura da ata de registro de preços, o licitante vencedor, a critério do CH-UFC, poderá ser convocado para assinar contrato de fornecimento contínuo dos itens ou grupos que lhe foram adjudicados em até 90 (noventa) dias corridos após a homologação do item. Após a convocação, a empresa deverá assinar o termo de contrato em até 3 (três) dias úteis.

A convocação da empresa vencedora de itens ou grupos, para assinatura de termo de contrato, após o prazo de 90 (noventa) dias, depende da concordância da futura contratada.

O contrato que venha a ser celebrado, terá duração de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado por igual período até o limite de 60 (sessenta) meses.

O contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e sejam observados os seguintes requisitos:

I - O fornecimento tenha sido prestado regularmente;

II - Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que o fornecimento tenha sido prestado regularmente;

III - Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do fornecimento;

IV - Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

V - Haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação;

VI - Seja comprovado que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

A referida prorrogação se dará por meio de aditivo contratual firmado pelas partes após a devida instrução processual e verificação dos aspectos acima elencados.

O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ocorrer por meio de:

I - Reajuste em sentido estrito;

II - Repactuação;

III - Revisão.

O reajuste em sentido estrito será concedido por termo de apostilamento e a revisão será formalizada por termo aditivo. O reajuste em sentido estrito pode ser concedido de ofício.

O reajuste deverá observar o interregno mínimo de um ano da data limite para apresentação da proposta.

O índice utilizado para os casos de reajuste em sentido estrito será o IPCA.

Caso ocorra assinatura de termo de contrato, será exigida a garantia da contratação conforme disposto no artigo 70 da Lei nº 13.303/2016 e artigo 144 do RLCE 2.0.

#### FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO

O licitante vencedor do GRUPO 1 - ( itens 1 a 12) deverá fornecer, em regime de comodato, os equipamentos listados abaixo.

CATMAT	NOME DO EQUIPAMENTO EM COMODATO
330579	VITREÓFAGO

Deverá ser fornecido todo e qualquer acessório necessário para atender o bom funcionamento do equipamento em conformidade com as recomendações do fabricante.

Optar por um equipamento cirúrgico oftalmológico de vitrectomia com facoemulsificação é vantajoso porque proporciona economia inicial, flexibilidade, acesso contínuo a tecnologia de ponta e facilita a manutenção e gestão do equipamento. Para hospitais universitários, onde o equilíbrio entre ensino, pesquisa e atendimento é crítico, o comodato pode ser uma estratégia financeira e operacional mais eficiente.

O **comodato** do Vitreóforo é uma alternativa vantajosa para hospitais, clínicas e unidades de saúde que necessitam utilizar essa tecnologia sem a necessidade de aquisição definitiva.

Isso alivia o orçamento da instituição hospitalar, que poderá destinar os recursos economizados para outras áreas críticas.

Optar pelo comodato de um **Vitreóforo** oferece diversas vantagens, especialmente para instituições que desejam reduzir custos iniciais, evitar a obsolescência tecnológica e garantir o suporte contínuo de manutenção e treinamento. Isso permite que os profissionais de saúde se concentrem na qualidade do tratamento e na rápida recuperação dos pacientes, sem as preocupações financeiras e logísticas associadas à compra e manutenção do equipamento.

## PROPOSTA E CATÁLOGO

No contexto da aquisição de produtos para a saúde, onde a precisão nas especificações é de extrema importância para garantir a segurança e a eficácia dos produtos, a transparência nas informações fornecidas é fundamental. Por essa razão, é essencial que o licitante forneça propostas claras, objetivas e em plena conformidade com os valores ofertados.

Além disso, é imprescindível que as propostas sejam acompanhadas de catálogo, fichas técnicas e/ou outros documentos similares que apresentem as especificações do produto ofertado. Esses documentos são essenciais para garantir que o produto atenda a todas as exigências técnicas estabelecidas, evitando a aquisição de itens de qualidade inferior ou não compatíveis com o uso previsto.

## Amostra

A Norma Operacional - SEI nº 4/2023/DAI-EBSERH que disciplina a exigência e avaliação de amostras informa no art. 3 que a exigência de amostra deverá ser justificada. Ainda nesse sentido, o art.6 informa que:

Art. 6º Nos casos em que for previsto em Termo de Referência o procedimento de avaliação de amostras, sua realização deve constar como obrigatória para aprovação do item. Parágrafo único. O procedimento previsto somente deixará de ser executado nas situações objetivamente descritas e justificadas no instrumento convocatório, respeitando-se, sempre, a isonomia entre os interessados.

Será exigido o envio de amostra neste certame com forma de reduzir a probabilidade de as empresas participantes enviarem produtos que não possuam aderência aos critérios de qualidade exigidos e definidos na tabela 1, que consta a descrição dos itens.

Contudo, caso a marca/modelo, ofertado pela empresa classificada em primeiro lugar, possuir histórico de utilização no CH-UFC e não existir notificações quanto a desvio de qualidade, a exigência de envio de amostra poderá ser dispensada pela equipe de planejamento da contratação

## 5. ADESÃO ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO

Fica autorizada a disponibilização das atas para Adesão com o objetivo de mitigar riscos de desabastecimento ocasionados por rescisões contratuais, sancionamento de fornecedores, dentre outros.

A previsão de Adesão às Atas de Registro de Preço é possível e recomendado pela Administração Central, conforme Ofício-Circular - SEI nº 7/2022/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH, com destaque para adesão por outros Hospitais da rede Ebserh, devendo seguir o rito normal de instrução processual.

## 6. Levantamento de Mercado

Realizamos uma busca pelos termos "Oftalmologia" na tela de pesquisa textual por editais, no link [http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao\\_texto.asp](http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/ConsLicitacao_texto.asp). A consulta retornou 1.000 resultados. A intenção era identificar certames em 2024, por isso o período de publicação utilizado foi a partir de 01/10/2023. O arquivo da pesquisa está disponível no Anexo DOC SUPORTE OFTALMOLOGIA (SEI nº 43678720). A partir das informações retornadas nessa consulta, como também em pesquisas a pregões da EBSERH, foi possível verificar o seguinte cenário de mercado:

Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando a preservar a relação custo-benefício, em face dos serviços serem considerados comuns.

Para a contratação de aquisição de produtos semelhantes ao objeto do processo, foi observado que as empresas, e em especial as entidades públicas, realizam a contratação de forma similar à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais e normativas.

Os dados obtidos estão disponíveis no anexo Análise ME\_EPP (SEI nº 43672933) e demonstram que todos os itens já deram entrada no estoque do Complexo por meio de processo de pregão. Portanto, para análise dos pregões anteriores, serão considerados os dois últimos processos de aquisição de cada item. Assim, são objeto desse estudo os seguintes processos:

- Pregão 39/2023: Processo SEI nº 23533.001288/2023-11
- Pregão 55/2021: Processo SEI nº 23533.029849/2019-61
- Pregão 44/2023: Processo SEI nº 23533.000638/2023-22
- Pregão 93/2023: Processo SEI nº 23533.024477/2023-62
- Pregão 72/2022: Processo SEI nº 23533.003532/2022-08
- Pregão 41/2021: Processo SEI nº 23533.043847/2020-18

O levantamento de mercado foi formulado principalmente por intermédio das experiências vivenciadas em processos licitatórios passados, como a realização da pesquisa mercadológica necessária para identificar os preços referenciais dos itens, sempre levando em consideração as características dos materiais que serão solicitados.

### **Análise de aplicabilidade de critério de competitividade - Lei Complementar nº 123/2006**

A não adoção de exclusividade e cotas reservadas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte neste certame justifica-se pelos seguintes motivos: após a análise da pesquisa de preços, conforme Mapa Estimativa de Preços (SEI nº 41988526), constatou-se que os valores estimados para os itens GRUPO 01 (itens 01 a 12), itens 16 e 23 não se enquadram no inciso I, Art. 48 da Lei nº 123/2006, passando a configurar modalidade de **Ampla Concorrência**.

Já o restante dos itens apresenta valores abaixo desse limite estipulado na lei. Contudo, nos últimos Pregões 39/2023, 55/2021, 44/2023, 93/2023, 72/2022, e 41/2021 da UASG 155020, observou-se a ausência de pelo menos 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências, conforme Análise ME\_EPP (SEI nº 43672933).

"De acordo com a referida lei, a Administração Pública deve conceder tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte em pelo menos duas situações:

deve realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); e

deve estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte (art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006).

Há, no entanto, algumas ressalvas, conforme prevê o art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, cuja incidência, se for o caso, deve ser devidamente demonstrada nos autos: Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - (Revogado);

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

Tais dispositivos devem ser interpretados à luz do Decreto n.º 8.538/2015, que regulamentou esse tema da Lei Complementar n.º 123/2006, principalmente no tocante aos limites geográfico que os termos "local" ou "regionalmente" se referem, abordados nos incisos I e II, do §2º do artigo.1º, do referido decreto, conforme disposto abaixo:

Art. 1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas, nos termos do disposto neste Decreto, com objetivo de: (Redação dada pelo Decreto nº 10273, de 2020).

§ 2º Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - âmbito local - limites geográficos do Município onde será executado o objeto da contratação;

II - âmbito regional - limites geográficos do Estado ou da região metropolitana, que podem envolver mesorregiões ou microrregiões, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

Por fim, atendo-se às disposições acima, são critérios objetivos para um item ser destinado exclusivamente para ME ou EPP: aqueles cujo valor seja de até o limite estabelecido na lei e que possuam um mínimo de 3 fornecedores competitivos enquadrados nesse modelo de empresa. Acrescenta-se que pode-se inferir da norma que, ainda que seja ME ou EPP, caso o fornecedor não seja sediado LOCAL (no âmbito do município de Fortaleza) ou REGIONALMENTE (no âmbito do Estado do Ceará), ou seja, um fornecedor EXTRAREGIONAL nesse caso, não será considerado para habilitar o item para o tratamento diferenciado em tela. Em suma, portanto, baseado na análise minuciosa contida no documento Análise ME\_EPP (SEI nº 43672933) dos fornecedores participantes de pregões anteriores, fundamentada nas disposições da LC nº123/2006, do decreto 8538/2015 e do Parecer Referencial, apresentamos abaixo a definição quanto aos critérios de competitividade.

**AMPLA CONCORRÊNCIA:** GRUPO 01 (itens 01 a 12), GRUPO 02 (itens 13 a 16), 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e 34.

## 7. Descrição da solução como um todo

A solução deste processo licitatório é definido na **Tabela 1**, reproduzida no item "Estimativa das quantidades a serem contratadas", será estruturado da seguinte forma:

### MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A escolha do Pregão Eletrônico como modalidade de licitação atende ao estabelecido pelo artigo 4º do Regime Jurídico das

Contratações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (RLCE 2.0):

Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:

IV - adoção preferencial da modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet.

Portanto, a adoção da modalidade de Pregão Eletrônico é a opção mais vantajosa para as contratações conduzidas por este Complexo, pois além de garantir o cumprimento das diretrizes legais, promove um alinhamento com os princípios gerais da administração pública, como a celeridade, transparência, ampliação da competitividade,

eficiência, a impessoalidade e a legalidade, permitindo que a administração obtenha bens e serviços em condições mais favoráveis, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.

### **BENS COMUNS**

O Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0, bem como a Lei n 13.303/2016 que <sup>o</sup> regula as empresas estatais, não trouxeram em seu corpo a definição do que seria "bem comum". Desta forma, incorpora-se o que estabelece o Decreto nº 10.818/2021:

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - bem de luxo - bem de consumo com alta elasticidade-renda da demanda, identificável por meio de características tais como:

- a) ostentação;
- b) opulência;
- c) forte apelo estético; ou
- d) requinte;

II - bem de qualidade comum - bem de consumo com baixa ou moderada elasticidade-renda da demanda;

Considerando que este processo de aquisição tem por objeto apóritos, os quais não contemplam características de ostentação, opulência, apelo estético ou requinte, portanto, enquadram-se na categoria de bens comuns.

Esses itens, que são amplamente utilizados no CH-UFC, possuem características técnicas padronizadas com uso cotidiano e recorrente, de extrema importância para garantir a continuidade dos tratamentos de pacientes com feridas, cortes, queimaduras e outras lesões que necessitam de cobertura e proteção e o bom funcionamento dos serviços prestados. São materiais abundantemente ofertados no mercado e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO**

A escolha do critério de julgamento menor preço é amplamente utilizada em pregões eletrônicos, sobretudo na área da saúde, onde a eficiência no uso de recursos públicos é uma prioridade. Este critério assegura que a administração adquira produtos com o menor custo possível, sem comprometer a qualidade exigida pelas especificações técnicas.

Portanto, o critério de julgamento menor preço foi escolhido pois está entre os indicados para ser utilizado com a modalidade pregão e é a opção que mais se adequa a esse tipo de objeto, já que a opção maior desconto é mais utilizada na existência de tabela de preços formalmente aprovada por entidade governamental, o que não é o caso dessa contratação.

### **MODO DE DISPUTADO COMBINADO**

Para esta aquisição, optou-se por usar o modo de disputa combinado, iniciando com o modo de disputa aberto e finalizando com o fechado. No contexto da aquisição de produtos para a saúde, esse modelo reduz o risco de práticas anticompetitivas, assegurando que o processo ocorra de maneira transparente e imparcial, ao mesmo tempo que permite a obtenção de preços mais competitivos.

### **INTERVALO DE LANCES DE 0,75% ENTRE AS PROPOSTAS**

O estabelecimento de um intervalo de lances de 0,75% entre as propostas tem como objetivo evitar lances simbólicos, irrelevantes ou excessivamente pequenos, que pouco contribuem para a real diminuição do valor final. Esse critério estimula que os fornecedores façam lances mais competitivos, ao mesmo tempo que confere maior dinamicidade e agilidade ao processo de disputa.

Ressalta-se que não houve preocupação com risco de ancoragem por parte dos licitantes durante a fase aberta, pois o valor de referência será sigiloso e somente será divulgado após a fase lances, em momento que será definido no edital.

### **Instrumento de medição de resultados - IMR**

A aquisição de bens de consumo representa a maior parcela do número de itens de compra dentro do CH-UFC e grande parte dos contratos são formalizados por nota de empenho, sejam decorrentes de pregões para registro de preços, tradicionais, dispensas ou inexigibilidades.

Considerando a demanda crescente e contínua por serviços e a escassez de recursos, o segmento de saúde ainda é amplamente regulado pelo poder público, o que acaba exigindo maior controle nos processos de aquisição de produtos, gestão e fiscalização de contratos.

Assim, o grande número de compras de bens, aliado ao necessário controle decorrente da atividade em que a Ebserh se insere, acarretam inúmeros processos de apuração de irregularidades por descumprimento contratual, em especial por atraso nas entregas, que por vezes culminam na aplicação de multas moratórias de valor reduzido, mas que geram enorme custo à Ebserh em razão da necessidade de cumprimento de rito próprio do processo

sancionador.

Nesse contexto, observando a execução das contratações realizadas pela Rede Ebserh, é possível perceber as dificuldades encontradas pelos gestores para mitigar os riscos no possível desabastecimento de determinado insumo ou medicamento, bem como para sancionar contratados, já que a métrica de aplicação de multas comumente utilizada nos processos de contratação da Rede acaba sendo pouco eficiente.

Isto posto, a fim de facilitar a gestão e fiscalização dos contratos formalizados por nota de empenho, o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) foi estabelecido nos processos licitatórios da Rede Ebserh por meio do Ofício Circular - SEI 15 (SEI nº 21984176). Essa ferramenta permite que a administração pública monitore de forma contínua e objetiva o desempenho dos fornecedores ao longo da execução do contrato.

No contexto do pregão eletrônico por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), onde os contratos podem ser realizados de forma parcelada ao longo de um período, o IMR desempenha um papel essencial para garantir que cada fornecimento ou prestação de serviço seja executado com o mesmo nível de qualidade.

Dessa forma, ao incluir o IMR nos processos de aquisição, o CH-UFC pode verificar, com base em critérios pré-definidos, a probabilidade de entrega de itens dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência, o que é crucial para garantir o abastecimento dos estoques, bem como uso dos recursos públicos de maneira eficiente, sem que o serviço hospitalar não seja prejudicado por entregas ou prestações de serviço inadequadas.

### **LIMITAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS**

O Decreto nº 11.462/2023 informa no art.7º que:

Art. 7º. Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

I - realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

II - aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

a) os quantitativos considerados ínfimos;

b) a inclusão de novos itens; e

c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;

III - consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

Já o § 3º do art.89 do RLCE 2.0 informa que:

Art. 89. §3º As licitações no âmbito do SRP serão preferencialmente precedidas do procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, com prioridade para participação de outras unidades hospitalares da Ebserh.

Deve-se considerar também que as equipes do CH-UFC responsáveis pelo planejamento, seleção do fornecedor e gestão de atas de registros de preços possuem uma quantidade reduzida de pessoas em suas equipes. Conforme dados da Ferramenta de Apresentação de Painéis de Inteligência em Saúde (FAPIS), o Setor de Abastecimento Farmacêutico e Suprimentos do Complexo Hospitalar da UFC (SAFS) possui atualmente sob sua responsabilidade 888 atas de registros de preços (Anexo V - "Atas Vigentes - FAPIS"). E todos os anos esse mesmo quantitativo de atas é gerado a partir de novos processos licitatórios.

Dessa forma, um aumento hipotético de 10% das atas com órgãos participantes, já traria um impacto expressivo na capacidade produtiva do setor. Além disso, outras unidades também seriam afetadas pelo aumento da atividade de gestão de atas de registro de preço, como o Setor de Administração (SAD), comprometendo a capacidade de gerenciamento desta equipe com a quantidade de atas a serem geridas.

Por esse motivo, essa EPC pretende limitar a o número máximo de órgãos participantes 05 da ARP, desde que sejam hospitais da rede Ebserh localizados na Região Nordeste.

O motivo para a essa delimitação geográfica é o risco de órgãos de outras regiões do país participarem das IRPs desse CH-UFC e, por isso, ocorrer redução de competitividade do certame ou ainda o aumento do inadimplemento, durante a execução da ARP.

Por exemplo, um órgão que esteja na região Norte ou no Sul do país, poderá reduzir o interesse das empresas ao participar dos processos licitatórios devido as dificuldades logísticas e geográficas envolvidas no atendimento dos pedidos recebidos.

Uma forma de reduzir os impactos da dispersão geografia e melhorar o retorno para as futuras contratadas, seria prever preços diferentes para objetos entregues em locais diferentes.



Contudo, apesar do Decreto nº 11.462/2023 prever a utilização desse mecanismo, o Parecer Jurídico Referencial, a partir de uma recomendação da Diretora de Administração e Infraestrutura (DAI) da Rede Ebserh, sugere a não utilização dessa forma de atuação, como pode ser visto no excerto a seguir, retirado do Ofício - SEI 11 (SEI nº 35342102):

9. Possibilidade de fixação de preços diferentes – inc. III do Art. 15º

9.1. O inciso III do Art. 15º trata de características da contratação em motivo amplo que possibilitam o registro de preços diferenciados. Contudo, considerando as características dos processos licitatórios da Rede Ebserh não se vislumbra aplicação coerente e segura para a aplicação dessa diferenciação.

9.2. Entende-se que os preços diferenciados em uma mesma contratação seriam aceitáveis em uma contratação ou aquisição centralizada, ainda assim, seria necessário pesar gravemente as vantagens e desvantagens de se aceitar preços distintos uma vez que as contratações centralizadas objetivam ganho em escalas, o que se perde ao se prever preços diferentes em uma mesma contratação (vale dizer, pelo mesmo fornecedor).

9.3. Assim, a recomendação da DAI é que essa possibilidade não seja aplicada nas aquisições realizadas individualmente pela Rede, sendo que mesmo nas compras centralizadas pela Sede, serão utilizados outros mecanismos que respondem às especificidades de logística, como a organização de compras em lotes regionais.

Portanto, devido a reduzida capacidade de gerenciamento das equipes, como também devido a possibilidade de redução da competitividade e possibilidade de aumento de inadimplemento por parte das empresas, pretende-se:

1. Limitar o número máximo de participantes em 05 órgãos, desde que sejam hospitais da rede Ebserh localizados na

região Nordeste;

2. Não permitir a participação de órgãos de fora da região nordeste, como também não aceitar a inclusão de novos itens

ou modificações nas especificações dos itens já informados pela EPC.

Contudo, apesar dessa restrição, caso ocorra a manifestação de outros órgãos que não sejam da rede Ebserh, mas que estejam situados na Região Nordeste, entendemos que essa manifestação pode ser acatada, desde que a solicitação esteja dentro do limite estabelecido e obedecido em ordem de preferência primeiramente todas as solicitações de hospitais da Rede Ebserh (por data de solicitação) e posteriormente os demais interessados.

### **SUBCONTRATAÇÃO**

No caso específico da aquisição de produtos para saúde, cujos itens que não exigem complexidade técnica no fornecimento e estão amplamente disponíveis no mercado, além de serem bens padronizados, cujas especificações técnicas e requisitos de qualidade são bem conhecidos e regulados, torna-se desnecessário o envolvimento de terceiros para cumprir as obrigações contratuais.

Portanto, considerando a simplicidade do fornecimento, a necessidade de controle direto sobre a qualidade dos produtos e a exigência de responsabilidade integral do fornecedor principal, não será admitida a subcontratação para esta aquisição.

### **EMPRESAS EM CONSÓRCIO**

Por este processo tratar da aquisição de produtos de saúde de uso comum e amplamente disponíveis no mercado, a formação de consórcios não se justifica. Esses produtos, em geral, não apresentam características de alta complexidade técnica que exijam a participação conjunta de empresas para fornecer os itens com a qualidade ou o volume exigido pelo edital. Portanto, empresas individuais, já capacitadas e presentes no mercado, têm capacidade de participar de forma independente e plena do processo licitatório, atendendo aos requisitos para execução do objeto.

Ao manter a vedação à participação de consórcios, o CH-UFC segue uma prática que já se demonstrou eficiente em outros processos de aquisição, assegurando que o pregão atenda aos princípios da economicidade, eficiência e transparência. Dessa forma, entende-se não ser vantajosa para o Complexo ou mesmo para o aumento da competitividade a participação de empresas consorciadas.

### **Capacidade econômico-financeira**

O art.65 do RLCE informa:

Inc. IV - Capacidade econômico-financeira, visando a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

- I- balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- II- certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante

§ 9º Nos casos de aquisições cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 79, deverão ser exigidos os requisitos de habilitação dos incisos I e II do caput, podendo haver dispensa dos requisitos indicados nos incisos III a V do caput.

Em relação aos itens, será exigida a comprovação de capacidade econômico-financeira, será solicitado que a empresa apresente índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:  $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$   $SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$   $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

**Qualificação Técnica:**

Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), Alvará Sanitário e Registro dos Produtos

Com relação a Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), Alvará Sanitário e registro dos produtos no Ministério da Saúde/Anvisa, o material objeto da licitação está sujeito ao regime da vigilância sanitária e é passível de regulação pela Anvisa /MS, portanto, os documentos serão solicitados.

A AFE, o Alvará Sanitário e o Registro de Produtos na Anvisa são instrumentos que asseguram que as empresas envolvidas no processo de fornecimento ou prestação de serviços relacionados à saúde pública estejam aptas a atuar dentro dos padrões legais e sanitários estabelecidos, minimizando os riscos de danos à saúde e promovendo a segurança coletiva.

A solicitação desses documentos, além de cumprir o que está previsto na legislação sanitária brasileira, traz maior credibilidade ao processo, garantindo que somente empresas devidamente regularizadas e que oferecem produtos de qualidade possam participar. Isso também coaduna com os princípios de transparência, legalidade e eficiência que norteiam a administração pública.

**8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

A evolução do consumo dos itens consta no processo SEI 23533.009075/2024-19 como anexo, SEI nº 37173385, bem como a Tabela de Itens do ETP com o comportamento dos itens na última aquisição.

Para elaboração dos quantitativos foi informado à área demandante responsável, a Evolução do Consumo de Material dos anos de 2019, 2022 e 2023, em reunião conforme Anexo Ata da reunião com a área médica (SEI nº 36079258), a quantidade estimada do processo anterior e o saldo de registro, sendo os responsáveis questionados sobre a quantidade a ser estimada para este processo. A estimativa de consumo foi derivada da tela de Estimativa Anual De Consumo do Sistema Interno Power BI, utilizando dados processados provenientes das bases de dados dos sistemas AGHUX e Master.

Acrescentamos ainda que com base na quantidade anual de cirurgias e no histórico de consumo desses itens, e após análise da área médica definiu-se para o processo de aquisição de insumos da Oftalmologia 2024 o que se apresenta na planilha Anexo OFTALMOLOGIA PLANILHA INSUMOS\_30-01-2024 (1) (SEI nº36257161).

Tabela 01

ITEM	CÓDIGO MASTER	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE DO PLANEJAMENTO ATUAL
GRUPO 01 - ITENS 1 A 12				

1	523976	PONTEIRA DE FACOEMULSIFICAÇÃO CURVA, 0.9MM, 30 GRAUS, DESCARTÁVEL. COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO A SER COMODATADO.	UNIDADE	1.000
2	589276	PONTEIRA 45 GRAUS PARA CANETA FACOEMULSIFICAÇÃO. DESCARTÁVEL. COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO A SER COMODATADO.	UNIDADE	200
		CONJUNTO DE ACESSÓRIOS PARA PONTEIRA DE FACOEMULSIFICAÇÃO		

3	523984	COMPOSTO DE LUVAS DE SILICONE, CÂMARA DE TESTE E CHAVE. PARA PONTEIRA DE IRRIGAÇÃO E ASPIRAÇÃO. PARA INCISÃO 2.75 MM, 20 G. ESTÉRIL.	UNIDADE	40
4	447374	SONDA (FIBRA) ENDOLASER 23 G RETA. PARA CIRURGIA DE RETINA E VÍTREO. EMBALAGEM COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE, LOTE E REGISTRO NA ANVISA. COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO A SER COMODATADO.	UNIDADE	75
		PONTEIRA DE USO OFTALMOLÓGICO, PONTA RETA PARA		

5	444804	CANETA DE FACOEMULSIFICAÇÃO 20 G, EM TITÂNIO. ESTERILIZÁVEL. PONTEIRA PARA FACO- FRAGMENTAÇÃO. EMBALAGEM INTERNA INDIVIDUAL COM ABERTURA EM PÉTALA E ASSÉPTICA. EMBALAGEM COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE, LOTE E REGISTRO NA ANVISA. COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO A SER COMODATADO.	UNIDADE	40
6	590850	SONDA DE ENDODIATERMIA PARA VITRECTOMIA, CORPO EM PLÁSTICO, PONTA EM AÇO INOX, DESENHO ERGONÔMICO, TAMANHO 23 G. ESTÉRIL, USO ÚNICO. EMBALAGEM COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE, LOTE E REGISTRO NA ANVISA. COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO A SER COMODATADO.	UNIDADE	24

7	589746	<p>KIT CIRÚRGICO DE FACOEMULSIFICAÇÃO 0,9 MM. CONTENDO MINIMAMENTE: CASSETE DE BOLSA DE DRENAGEM, KIT DE LINHA DE ADMINISTRAÇÃO GFI, KIT DE LINHA DE ASPIRAÇÃO /IRRIGAÇÃO, CAMPO CIRÚRGICO ESTÉRIL PARA PAINEL FRONTAL, CAMPO DE TESTE, UMA CHAVE DE PONTEIRA I/A, DUAS LUVAS DE IRRIGAÇÃO COM UM BSI. ESTÉRIL. EMBALAGEM COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE, LOTE E REGISTRO NA ANVISA. COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO A SER COMODATADO.</p>	UNIDADE	250
8	526797	<p>KIT PARA CIRURGIA COMBINADA VITRECTOMIA /FACOEMULSIFICAÇÃO CALIBRE 23 GA VALVULADO. COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO A SER COMODATADO.</p>	UNIDADE	100

9	589745	<p>KIT COMPLETO PARA VITRECTOMIA 23 G CONTENDO NO MÍNIMO OS SEGUINTE ITENS: SONDA DE VITRECTOMIA 23 G, CASSETE COM BOLSA DE DRENAGEM, ENDOILUMINADOR RETO 23 G, CÂNULA DE INFUSÃO, CONJUNTO DE TROCATER/CÂNULA, LINHA DE ASPIRAÇÃO AUXILIAR, 03 PLUGS ESCLERAIS DE 20 G, KIT DE LINHA DE ADMINISTRAÇÃO GFI, CAMPO CIRÚRGICO PARA PAINEL FRONTAL, SERINGA DE 20 CC, VÁLVULA REGULADORA TREE WAY E KIT DE LINHA DE INFUSÃO COM VÁLVULA DE AUTO-INFUSÃO. COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO A SER COMODATADO.</p>	UNIDADE	150
10	524026	<p>PONTEIRA PARA I/A SILICONE RETA COMPATÍVEL COM VITREÓFAGO A SER COMODATADO.</p>	UNIDADE	400
		<p>DISPOSITIVO PARA INJEÇÃO/EXTRAÇÃO DE ÓLEO DE</p>		

11	445215	SILICONE, PARA VITRECTOMIA/ FACOEMULSIFICADOR, CONTENDO MINIMAMENTE: ADAPTADOR DE SERINGA VFC, COM DISPOSITIVO DE IDENTIFICAÇÃO DE RADIOFREQUÊNCIA, SERINGA DE 10 CC, TRAVA DE SERINGA, CÂNULA DE 23 G, EMBOLO DE 23 G. ESTÉRIL. EMBALAGEM COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE, LOTE E REGISTRO NA ANVISA. COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO A SER COMODATADO.	UNIDADE	50
12	445223	CÂNULA DE ASPIRAÇÃO INTRAOCULAR 23 G COM PONTA DE SILICONE, TIPO BACKFLUSH, PARA CIRURGIA DE RETINA E VÍTREO. ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE, LOTE E REGISTRO NA ANVISA. COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTO A SER COMODATADO	UNIDADE	180



GRUPO 02 - ITENS 13 A 16				
13	524069	CARTUCHO PARA INJETOR DE LENTE INTRAOCULAR DOBRÁVEL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL. COMPATÍVEL COM INJETOR A SER ADQUIRIDO PELO HUF.	UNIDADE	1.000
14	595671	INJETOR PARA IMPLANTE DE LENTE INTRAOCULAR DOBRÁVEL DE TRÊS PEÇAS. REUTILIZÁVEL. Embalagem contendo identificação do produto, lote e registro da Anvisa.	UNIDADE	10

15	580673	LENTE HIDROFÓBICA INTRAOCULAR, acrílico dobrável, DIÂMETRO ENTRE 5,5 e 6,0 mm, COMPRIMENTO TOTAL 12,5 a 13,0, CONSTANTE SUPERIOR A 118,0 GRAUS ENTRE + 1,0 a + 5,0, câmara posterior, TRÊS PEÇAS, biconvexa. Material biocompatível, com absorção segura de raios UV, atóxico, acabamento regular, alças de sustentação segura, ESTÉRIL, uso único. Embalagem interna individual com abertura em pétala e asséptica. Embalagem com abertura asséptica, contendo identificação do produto, validade, lote e registro na Anvisa.	UNIDADE	15
16	580678	LENTE HIDROFÓBICA INTRAOCULAR, acrílico dobrável, DIÂMETRO ENTRE 5,5 e 6,0 mm, COMPRIMENTO TOTAL 12,5 a 13,0, CONSTANTE SUPERIOR A 118,0 GRAUS ENTRE +6,0 a +30,0, câmara posterior, TRÊS PEÇAS, biconvexa. Material biocompatível, com absorção segura de raios UV, atóxico, acabamento regular, ESTÉRIL, uso único. Embalagem interna individual com abertura em pétala e asséptica.	UNIDADE	1.100

		Embalagem contendo identificação do produto, validade, lote e registro na Anvisa.		
ITENS DIVERSOS				
17	533203	CÂNULA DE HIDRODISSECÇÃO, DIÂMETRO 27 G, TAMANHO 8 MM, ANGULADA, CÂMARA ANTERIOR, EM AÇO INOXIDÁVEL. ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. USO INTRAOCULAR.	UNIDADE	1.000

18	445231	CÂNULA DE DUPLO ORIFÍCIO PARA ASPIRAÇÃO E INFUSÃO DE LÍQUIDOS INTRAOCULARES 23 G. ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, VALIDADE, LOTE E REGISTRO NA ANVISA.	UNIDADE	180
19	563895	LÂMINA DE BISTURI OFTALMOLÓGICO DESCARTÁVEL, PARACENTESE, 15 GRAUS, EM AÇO INOX, AFIADA E POLIDA, ISENTA DE REBARBAS E/OU SINAIS DE OXIDAÇÃO. MARCA E TAMANHO GRAVADOS NA LÂMINA. ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM ABERTURA EM PÉTALA. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO,	UNIDADE	1.000

		PRAZO DE VALIDADE E ATENDER À LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO.		
20	574630	LÂMINA DE BISTURI OFTALMOLÓGICO DESCARTÁVEL, PARA INCISÃO, LÂMINA COM 2,75 MM, EM AÇO INOX, AFIADA E POLIDA, ISENTA DE REBARBAS E/OU SINAIS DE OXIDAÇÃO. MARCA E TAMANHO GRAVADOS NA LÂMINA. ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM ABERTURA EM PÉTALA. COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA E TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E ATENDER À LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO.	UNIDADE	1.000
		CAMPO CIRÚRGICO PARA CATARATA, FENESTRADO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, MEDINDO 100 CM (LARGURA) X 130 CM (COMPRIMENTO) (+/- 10 CM EM CADA DIMENSÃO), MATERIAL SMS, GRAMATURA		

21	500631	<p>MÍNIMA DE 40 G/M², COM FENESTRA ADESIVA CENTRAL, GRAU MÉDIO, 100% DE FIBRAS SINTÉTICAS (POLIPROPILENO OU POLIETILENO), COM DOBRADURA ASSÉPTICA. IMPERMEÁVEL, ANTIESTÁTICO, ISENTO DE LÁTEX EM SUA COMPOSIÇÃO, HIPOALERGÊNICO, ALTA BARREIRA PARA FLUIDOS E MICRORGANISMOS. COM BOLSA COLETORA DE LÍQUIDOS. EMBALAGEM INDIVIDUAL DEVE: GARANTIR A INTEGRIDADE DO PRODUTO, PERMITIR A SUA FÁCIL RETIRADA E CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, DATA DE ESTERILIZAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.</p>	UNIDADE	1.200
22	566922	<p>PRÓTESE/IMPLANTE OFTALMOLÓGICO, TIPO PNEU SIMÉTRICO, TAMANHO: 9 X 11 MM, E DIÂMETRO EXTERNO DE 32 MM. UTILIZADO EM CIRURGIA DE DESLOCAMENTO DE</p>	UNIDADE	60

		RETINA, CONFECCIONADO EM SILICONE; ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL.		
23	440019	PINÇA CIRÚRGICA FÓRCEPS MAX GRIP, PARA RETINA, RETIRADA DE MEMBRANA LIMITANTE INTERNA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, CALIBRE 23 G, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL.	UNIDADE	80

24	574399	IMPLANTE OFTALMOLÓGICO DE AHMED PARA CIRURGIA DE GLAUCOMA, TAMANHO ADULTO, COMPOSTO DE PRATO/CORPO EM SILICONE OU POLIPROPILENO E TUBO DE DRENAGEM EM SILICONE. MODELO VALVULADO. ESTÉRIL. DESCARTÁVEL	UNIDADE	5
25	591857	IMPLANTE OFTALMOLÓGICO DE AHMED PARA CIRURGIA DE GLAUCOMA, TAMANHO PEDIÁTRICO, COMPOSTO DE PRATO /CORPO EM SILICONE OU POLIPROPILENO E TUBO DE DRENAGEM EM SILICONE. MODELO VALVULADO. ESTÉRIL. DESCARTÁVEL.	UNIDADE	2



26	587685	RETRATOR DE ÍRIS, TIPO FLEXÍVEL, MATERIAL POLIPROPILENO.	UNIDADE	20
27	446823	SOLUÇÃO SALINA BALANCEADA: CLORETO DE SÓDIO + CLORETO DE POTÁSSIO + CLORETO DE CÁLCIO + CLORETO DE MAGNÉSIO + ACETATO DE SÓDIO TRI- HIDRATADO + CITRATO DE SÓDIO; 6,371 MG/ML + 0,746 MG/ML + 0,515 MG/ML + 0,305 MG/ML + 3,950 MG/ML + 1,670 MG/ML; SOLUÇÃO INTRAOCULAR APRS: FRASCO 500 ML	FRASCO 500 ML	1.000

28	571638	LENTE PARA SIMBLÉFARO COM FURO CENTRAL, TAMANHO GRANDE, DIÂMETRO 12 MM, EM POLÍMERO DE METACRILATO, PARA EVITAR A ADERÊNCIA DA PÁLPEBRA AO GLOBO OCULAR. ESTÉRIL.	UNIDADE	3
29	571637	LENTE PARA SIMBLÉFARO COM FURO CENTRAL, TAMANHO MÉDIO, DIÂMETRO 12 MM, EM POLÍMERO DE METACRILATO, PARA EVITAR A ADERÊNCIA DA PÁLPEBRA AO GLOBO OCULAR. ESTÉRIL.	UNIDADE	3

30	571577	LENTE PARA SIMBLÉFARO COM FURO CENTRAL, TAMANHO PEQUENO, DIÂMETRO 12 MM, EM POLÍMERO DE METACRILATO, PARA EVITAR A ADERÊNCIA DA PÁLPEBRA AO GLOBO OCULAR. ESTÉRIL	UNIDADE	3
31	595653	AFASTADOR BLEFAROSTATO ADULTO EM ACO INOX UIND 1UD	UNIDADE	15
32	595654	AFASTADOR BLEFAROSTATO ARTICULADO NAO CORTANTE EM ACO INOX ADULTO UIND 1UD	UNIDADE	20

33	563472	COMPASSO, TIPO CASTROVIEJO, APLICAÇÃO OFTALMOLOGIA, ALCANCE MEDIÇÃO 20 MM, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL.	UNIDADE	10
34	445835	SOLUÇÃO VISCOELÁSTICO OFTÁLMICO: HIALURONATO DE SÓDIO + SULFATO DE CONDROITINA; 30 MG /ML (3%) + 40 MG/ML (4%); SOLUÇÃO INTRAOCULAR_0,5 ML + KIT DE PREPARO P/ APLICAÇÃO ESTÉRIL	CONJUNTO PARA APLICAÇÃO	120

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Justificativa: valor estimado desta contratação é sigiloso]

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os itens a serem contratados para este certame podem ser visualizados no Tópico 8 - Estimativas das quantidades a serem contratadas. Na tabela é possível verificar que alguns itens estão agrupados da seguinte forma: Grupo 01 (itens 01 a 12) e Grupo 02 (Itens 13 A 16).

A combinação do vitreófago com os demais itens do **Grupo 01** permite que os cirurgiões oftalmologistas realizem procedimentos mais complexos e seguros, melhorando os resultados para os pacientes. Benefícios como redução do risco de complicações e do tempo de recuperação pós-operatória, e a melhoria da precisão e eficácia da cirurgia são apresentados ao utilizar os itens em conjunto.

O **Grupo 2**, agrupa itens que necessitam de compatibilidade entre si para o seu funcionamento adequado.

Diante do exposto, os itens serão adquiridos de forma agrupada conforme preconiza o inciso II, § 2º do art. 125 do RLCE:

Art. 125. § 2º O parcelamento não será adotado quando:

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido.

Por fim, considerando as informações e os anexos do Tópico 6 - Levantamento de Mercado, em todos os pregões anteriores realizados pelo CH-UFC, os itens foram agrupados e obtiveram êxito nos certames. Isso evidencia que o mercado tem capacidade de atender a essa configuração realizada.

Já os demais itens deste processo serão adquiridos de forma parcelada, visando propiciar a ampla participação de licitantes, tendo como consequência o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade, conforme art.32, inciso III da Lei nº13.303/16:

Art. 32. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:

III - parcelamento do objeto, visando a ampliar a participação de licitantes, sem perda de economia de escala, e desde que não atinja valores inferiores aos limites estabelecidos no art. 29, incisos I e II;

O parcelamento do objeto foi considerado viável tecnicamente e economicamente por ser composto de itens de natureza divisível, uma vez que cada item possui aplicação individual, de maneira que tanto aquisição quanto a utilização independe dos demais.

Ademais, podem ser fornecidos por empresas distintas e, desse modo, amplia-se a competição.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No contexto da aquisição de produtos para saúde, como insumos para oftalmologia, por meio de pregão eletrônico SRP, a utilização de contratações correlatas e interdependentes não se faz necessária. Esses produtos possuem características de bens comuns e são itens amplamente disponíveis no mercado, podendo ser adquiridos de forma autônoma, sem comprometer a eficiência ou a qualidade do fornecimento.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente aquisição está em consonância com o Acordo Interno Organizativo de Compromissos - AIOC Nº 10 /2024 e com o Planejamento Orçamentário do Setor de Abastecimento Farmacêutico e Suprimentos do CH-UFC (SAFS), registrados no

Processo SEI nº 23533.009312/2024-41. Também está alinhada ao Plano Diretor Estratégico - PDE 2024-2028 do CH-UFC

/Ebserh por meio do objetivo estratégico OE02 – Qualificar o cuidado hospitalar, que pode ser acessado pelo link: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-nordeste/ch-ufc/governanca/mapaestrategico-da-redeebserh-ch-ufc-2021-2023/mapa-estrategico-2024-2028-hufs.jpg/view>.

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

### RESULTADOS PRETENDIDOS

Espera-se através da aquisição /contratação:

- Permitir a realização de exames mais detalhados, facilitando o diagnóstico precoce de doenças oculares.
- Garantir a excelência no atendimento aos pacientes
- Proporciona uma experiência mais confortável durante os procedimentos, utilizando materiais adequados.
- Reduzir os custos associados a complicações, evitando tratamentos prolongados por infecções ou cicatrizações inadequadas.
- Contribuir para a formação acadêmica, fornecendo insumos de alta qualidade para o treinamento de residentes e estudantes.
- Atender às normas de saúde e segurança, garantindo conformidade com padrões sanitários e regulatórios

## 14. Providências a serem Adotadas

### Providências a serem adotadas pela Administração previamente à contratação:

Elaborar descritivos técnicos com padrões mínimos de desempenho e qualidade, por meio de especificações usuais de mercado.

Organização e adequação dos locais de armazenagem para os produtos adquiridos;

Contratar de forma a atender os requisitos normativos econômico-financeiros;

Identificar o consumo médio dos materiais e o tempo médio de aquisições;

Atentar ao procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços contido na Norma-SEI no. 2/2019 /DAI-EBSERH;

Elaborar redação com instruções claras sobre os procedimentos corretos para faturamento de materiais e serviços pela Contratada;

Prever a análise de amostras durante o processo de compra, para assegurar a conformidade dos produtos com as especificações estabelecidas;

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

Em observância à Instrução Normativa SLTI/MP N° 1, de 19 de janeiro de 2010, faz-se necessário, sempre que possível e cabível:

- que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2
- que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- que os bens devam ser, preferencialmente, ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- e que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS ( Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo(Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs). Diante da necessidade fática, o CH-UFC/Ebserh promoverá a aquisição do presente objeto, seguindo os preceitos legais da Lei 13.303/2016, do Decreto 10.024/2019, do Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (RLCE) e do Regulamento de Gestão de Materiais de Consumo e Medicamento, instituído por meio da Portaria-SEI N° 3, de 23/01/2019, para satisfação da demanda.

Os materiais objeto desta contratação deverão, no que couber, atender as normas relativas à:

- disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;
- mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;
- vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.

O CH-UFC/Ebserh adotará atos de logística sustentável com reflexo em seus procedimentos de contratação através de:

- práticas de racionalização com o objetivo de melhoria da qualidade do gasto público e contínua busca por economicidade e primazia na gestão dos processos;
- práticas de sustentabilidade com o objetivo de construir um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades e contratações da unidade;
- coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;
- implementação das estratégias que garantam a padronização dos processos de trabalho, como a implantação de protocolos assistenciais, procedimentos operacionais padrão e fluxos padronizados, visando à redução de custos e o desenvolvimento das dimensões da qualidade;
- elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS no âmbito da unidade, instruindo e designando Comitê Gestor do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPLS.

Em relação a contratações anteriores do mesmo objeto no CH-UFC, não houve registros de eventos significativos referentes à qualidade dos materiais e insumos, acondicionamento e embalagens. Portanto, estão sendo mantidas as especificações técnicas dos materiais.

## 16. CLASSIFICAÇÃO DO ETP COMO SIGILOSO

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), o processo para aquisição dos materiais constantes deste estudo não será classificado como sigiloso, à exceção do valor estimado do objeto da licitação, conforme art. 34 da Lei nº 13.303/2016:

*“Art. 34. O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será sigiloso, facultando-se à contratante, mediante justificação na fase de preparação prevista no inciso I do art. 51 desta Lei, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas”.*

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

Diante do exposto e considerando a análise dos documentos que subsidiaram esse estudo, concluiu-se pela viabilidade técnica e econômica da solução escolhida para aquisição dos materiais objeto deste estudo, devendo ser elaborados e/ou anexados os demais documentos acessórios da contratação (Análise de Riscos e outros que se fizerem necessários).

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Conforme Portaria - SEI nº 081, de 09 de abril de 2024

**LAURA KAROLINA DE MENEZES OLIVEIRA**

Assistente Administrativo

Despacho: Conforme Portaria - SEI nº 081, de 09 de abril de 2024

**GISELE MARIA BARROSO BARBOSA MONTE**

Chefe da Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques do CH-UFC/Ebserh

Despacho: Conforme Portaria - SEI nº 081, de 09 de abril de 2024

**JESSIKA VIANA ROCHA FERNANDES**

Assistente Administrativo da Unidade Almoxarifado e Controle de Estoques do CH-UFC/Ebserh



Despacho: Conforme Portaria - SEI nº 081, de 09 de abril de 2024

**ANDRESSA NEVES FEITOSA CAVALCANTE MOTA DE LUCENA**

Enfermeira Assistencial da Unidade de Planejamento e Dimensionamento de Estoques do CH-UFC/Ebserh

Despacho: Conforme Portaria - SEI nº 081, de 09 de abril de 2024

**HISSA TAVARES DE LIMA**

Médica Oftalmologista

Despacho: Conforme Portaria - SEI nº 081, de 09 de abril de 2024

**WLADSON SILVA CAVALCANTE**

Assistente Administrativo da Unidade de Planejamento de Compras do CH-UFC/Ebserh

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PLANO DIRETOR ESTRATÉGICO 2024-2028.pdf (5.09 MB)
- Anexo II - Atas vigentes FAPIS.pdf (301.58 KB)
- Anexo III - pesquisa guia nacional oftalmologia.png (215.92 KB)
- Anexo IV - pesquisa painel de legislação oftalmologia.png (83.97 KB)
- Anexo V - Análise de pregões anteriores Oftalmologia.pdf (530.65 KB)